

MESA-REDONDA

Governo espera ajuste para atacar inflação

Em debate promovido pelo "Estado", Haddad, Brito e Freire revelam detalhes dos planos de Itamar para a política e a economia

Três integrantes do primeiríssimo escalão do governo Itamar acreditam que o Congresso vai aprovar antes do fim do ano o projeto de ajuste fiscal enviado pelo Palácio do Planalto, o que abrirá a possibilidade para a adoção, em 1993, de medidas inovadoras de combate à inflação e estímulo à criação de empregos. Uma delas seria o lançamento no mercado de capitais de títulos destinados a atrair recursos para programas de investimento. "Não se trata de nenhum plano heterodoxo, naturalmente", disse o ministro do Planejamento, Paulo Haddad. Na noite de quarta-feira, ele encontrou espaço em sua agenda para, junto como o ministro da Previdência, Antônio Brito, e o líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), viajar de Brasília a São Paulo para participar de mesa-redonda promovida pelo Estado.

O evento abriu uma série de debates, entrevistas e reportagens promovida pelo jornal com o objetivo de colocar em discussão os rumos do País e cuja marca será "agenda para o futuro". Durante as mais de duas horas do en-



AGENDA
PARA O FUTURO

contro, Haddad, Britto e Freire revelaram planos como o de apresentar ao Fundo Monetário Internacional (FMI), com o qual o governo brasileiro inicia nova rodada de negociações na próxima semana, a previsão de que a inflação estará em torno de 13% em dezembro do ano que vem. As metas prometidas ao Fundo pela equipe comandada pelo ex-ministro Márcio Marques Moreira foram criticadas. "Assinaram um compromisso que não puderam cumprir", condenou Haddad.

Representantes da facção mais dinâmica e influente do gabinete federal, Haddad, Britto e Freire apresentaram ainda detalhes dos planos do governo para, por exemplo, a luta contra a corrupção, a redução dos gastos públicos e a implantação do Mercosul, o mercado comum com Argentina, Paraguai e Uruguai. Envolvido na discussão das medidas econômicas preparadas pelo presidente Itamar Franco, o trio embarcou de volta a Brasília na própria noite de quarta-feira. Os principais trechos da mesa-redonda estão publicados abaixo:



AJUSTE FISCAL

Estado — O governo ainda espera que o Congresso aprove o projeto de ajuste fiscal antes do fim do ano?

Roberto Freire — A primeira reação ao projeto foi muito negativa. Não havia, porém, nenhuma crítica a vários pontos da proposta.

Antônio Brito — Havia apenas reações pontuais. Cada setor, com sua ótica particular, condenava determinado ponto. Só que um ajuste fiscal é bom ou ruim se, na média de seus efeitos, for bom ou ruim para a média da sociedade.

Freire — Hoje, no Congresso, começa a haver consenso em relação a alguns aspectos. Uma série de propostas é aceita, por exemplo, por deputados como Francisco Dornelles (PFL-RJ), José Serra (PSDB-SP), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Luiz Salomão (PDT-RJ).

Brito — Até a mudança das regras do sigilo bancário, que era execrada no primeiro dia, está obtendo consenso.

Freire — Há convergência para uma proposta que é muito maior do que eu pensava inicialmente. Sabia que o Congresso aprovaria algo maior do que a mera criação de um imposto de fim ano para resolver o problema de caixa do governo, mas não imaginava que chegaríamos a tanto. Acredito que, mesmo se levando em conta a exigência de dois turnos de votação, no máximo até o dia 18 o projeto estará aprovado pela Câmara. Depois que os deputados resolverem a questão, o Senado, não tenho dúvida, também aprovará o projeto.

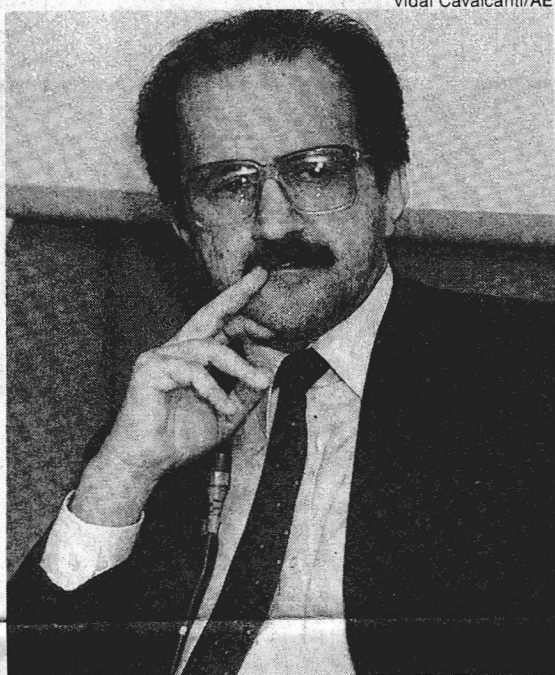
Brito — É a diferença entre pacote e discussão democrática. A proposta do governo mexe com municípios, Estados, União, setores financeiros, industriais e agrícolas.



MERCOSUL

Estado — Vão ser mantidas as metas fixadas pelo Tratado de Assunção, que prevê a queda das barreiras econômicas entre os países do Mercosul no começo de 1993? O ministro da Economia da Argentina, Domingo Cavallo, diz que esse prazo pode ser revisto.

Paulo Haddad — O problema está na Argentina, não no Brasil. Lá o governo promoveu um programa de estabilização de alto risco, do tipo do nosso Plano Cruzado, que deu dá muito certo ou dá muito errado. No momento em que se fixou a taxa de câmbio em 10 mil austrais por dólar, montou-se um esquema vulnerável. Em casos como esse, um aumento das importações pode gerar a desconfortância de que o déficit público vai crescer e governo vai ter de emitir moeda. É o que vem acontecendo na Argentina. O problema do Mercosul está em um dos parceiros. Esse parceiro não é o Brasil. Não temos motivo para desejar a prorrogação.



Vidal Cavalcanti/AE

"Não gosto de fixar metas. Creio, porém, que podemos trabalhar com a hipótese de chegar a dezembro do ano que vem com inflação em torno de 13%, que é um número realista"

Paulo Haddad



CORRUPÇÃO

Estado — O que a administração de Itamar Franco pretende fazer para reduzir os níveis de corrupção?

Haddad — Esse problema tem cabeça, tronco e membros. Ao se afastar a cúpula de um governo marcado pela corrupção, ainda não se atingiu a máquina. Com o objetivo de se modificar a cultura da máquina, está sendo reforçada a figura do ouvidor-geral, a quem poderá ser encaminhada qualquer denúncia. Em segundo lugar, é preciso se estruturar e aparelhar a Auditoria Geral da União, a Receita Federal, todo o sistema de fiscais.

Brito — A idéia de que o Estado é fundamentalmente empreguista, adotada pelo governo Collor, fortaleceu a convicção de que a máquina precisava ser desmontada. O fato é que esse desmonte foi seletivo e hoje é quase impossível se encontrarem procuradores, auditores, controladores e fiscais. A Previdência tem 2.300 fiscais encarregados de acompanhar as atividades de 2,5 milhões de empresas e 600 procurados incumbidos de cobrar 260 mil execuções fiscais já ajuizadas. Com bobagens como co-

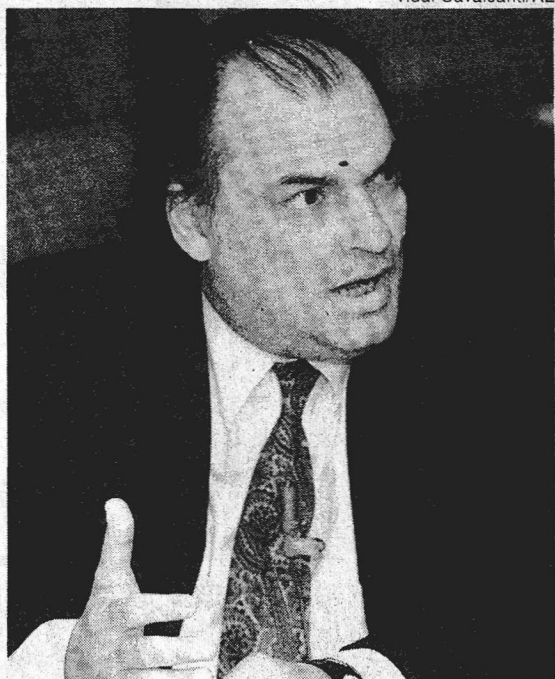


INFLAÇÃO

Estado — O que se pode prever, com realismo, sobre o comportamento da inflação?

Haddad — Não gosto de estabelecer metas, porque um objetivo pode ser distante hoje, mas um dia ele vai se aproximar e começar a incomodar. Creio, porém, que po-

Vidal Cavalcanti/AE



"Começa a haver no Congresso consenso em torno de alguns pontos do projeto de ajuste fiscal. Há a tendência de se aprovar uma proposta muito maior do que eu pensava"

Roberto Freire



Vidal Cavalcanti/AE

Esperança no Congresso

Britto, Haddad e Freire: expectativa de que a reforma fiscal seja aprovada logo

demos trabalhar com a hipótese de chegar a dezembro do ano que vem com uma inflação em torno de 13%, que é um número realista. Qualquer compromisso de reduzir ainda mais a inflação exigiria um corte de despesas e financiamentos públicos compatível apenas com tempos de ditadura. Mas o País está se redemocratizando, os grupos de interesse estão estruturados. Prefeitos, governadores e congressistas fazem pressão.

Brito — A preocupação fundamental de todos é retomar o desenvolvimento, o que pressupõe algumas conquistas de toda a sociedade. A primeira delas é derrotar a inflação.

Estado — É possível reduzir a inflação e, ao mesmo tempo, retomar investimentos capazes de gerar emprego?

Haddad — Com a aprovação



POBREZA

Estado — A preocupação com o crescimento da pobreza e dos desníveis sociais é de fato a prioridade do governo Itamar?

Haddad — Por trás do véu da conjuntura, existe o mais grave: o persistente empobrecimento da população.

Nos anos JK, havia o que se batizou de pobreza relativa. Durante o milagre econômico, surgiu a pobreza absoluta. Na década de 90, chegamos à pobreza asiática ou, como prefiro chamar, pobreza andarilha. Hoje devemos ter cerca de 43 milhões de brasileiros vivendo na miséria. Porém, como a conjuntura é de crise, fica difícil para o governo centralizar



Vidal Cavalcanti/AE

"A hipótese de estatal falir tem de valer para todas as empresas. Um dos princípios a eliminar é o comodismo que permite à Caixa dever o que deve sem que nada aconteça"

Antônio Brito



DÍVIDA EXTERNA

Estado — O que o governo brasileiro vai defender na rodada de negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que começa na semana que vem?

Haddad — Herdamos um problema nesse campo. O ministro Márcio Marques Moreira e seus auxiliares, embora sejam pessoas muito competentes, assinaram um acordo que não puderam cumprir. Em junho, a antiga equipe econômica fez uma reunião e chegou à conclusão de que o programa estava fazendo água. Foi redigido um documento, encaminhado à Presidência e batizado de Plano Collor 3, que correspondia a um conjunto de medidas drásticas, cujo objetivo era garantir o cumprimento das metas acertadas com o FMI. Cabe a nós, agora, administrar o problema, pois algumas delas não podem ser executadas.

Estado — Mas então o que o Brasil pode fazer?

Haddad — Gostaríamos de ter uma conversa mais franca com o Fundo. Vamos tentar mostrar que firmar compromissos irrealistas não é do nosso estilo. Será que o FMI quer apenas mais uma carta?

Freire — Para não ser cumprida.

Haddad — Vamos discutir com eles com muita tranquilidade. Estamos levando um documento com propostas de iniciativas de médio e longo prazo, porque desde o governo Figueiredo só realizamos planos de estabilização e deixamos de estruturar, por exemplo, um programa de combate à pobreza.



GASTOS PÚBLICOS

Estado — O governo manifesta a intenção de reaparelhar a máquina estatal, mas se espera que isso não signifique o aumento indiscriminado de gastos. Há mecanismos para impedir o desperdício?

Brito — Há uma tendência na opinião pública de considerar que gastar mais é gastar mal. É curioso como foi difícil para determinados setores, inclusive da imprensa, descobrir que no projeto de ajuste fiscal enviado ao Congresso havia um artigo que previa a possibilidade de estatal falir. Isso tem de valer para todas as companhias, até mesmo para a Caixa Econômica Federal.

do ajuste fiscal, as taxas de juros tenderiam a cair, o que permitiria o reaquecimento da economia. Em abril ou maio, por exemplo, a inflação estava decrescente e chegou a 19% de acordo com alguns indicadores. O que aconteceu então? Os investimentos começaram a ganhar novo fôlego. Acreditamos que o potencial de investimento é grande e que temos condições de, no momento em que sentirmos segurança, adotar até mesmo algumas medidas mais fortes para derrubar a inflação. Não se trata de nenhum plano heterodoxo, naturalmente. Caso tenha credibilidade no mercado de capitais por estar pagando a parte principal de sua dívida, o governo poderia lançar papéis, quem sabe com correção cambial e suporte nas reservas, para captar recursos destinados a programas de investimento.

Estado — De que forma o governo poderia usar as reservas para lançar esses títulos?

Haddad — O Planalto tem recebido várias idéias, que chamamos de propostas fortes. Uma delas, encaminhada pelo economista João Sayad, é convidar os governadores a reduzir em 50% o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e compensá-los com o direito de emitir títulos. Isso diminuiria a carga tributária, o que poderia reestimular a economia.